

Inovação Social, Prazer e Sofrimento no Trabalho: o Caso do Projeto Mandalla no Ceará

Social Innovation, Pleasure and Pain at Work: The Case of Project Mandalla in Ceará

Josimar Souza Costa¹, Gisele Mendonça Furtado Bastos¹, Bruno Chaves Correia Lima¹, José Carlos Lázaro da Silva Filho¹

¹Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2853 – Benfica, Fortaleza – CE, 60020181, Brasil.

Resumo: O objetivo deste artigo é deslindar a contribuição do projeto Mandalla para a construção de sentido e significado do trabalho para o agricultor familiar. Consiste em um estudo exploratório-descritivo, de natureza qualitativa, por meio de análise de relatórios, de vídeos e de entrevistas. Os resultados apontam que o Projeto Mandalla é uma Inovação Social que potencializa o prazer no trabalho, à medida que aumentam o sentimento de pertença do trabalhador rural, suas relações sociais e a percepção de significância de seu labor, contribuindo para evitar sua migração para os centros urbanos, além de fortalecer a agricultura familiar.

Palavras-Chave: Inovação Social, Prazer no Trabalho, Sofrimento no Trabalho

Abstract: The purpose of this article is to determine the contribution of the Mandalla Project into giving meaning and significance to the work of the family farmer. It consists of a descriptive exploratory study, qualitative, through analysis of reports, videos and interviews. The results indicate that the Mandalla Project is a Social Innovation that enhances the pleasure in work, as they increase the sense of belonging of rural workers, their social relations and the perception of significance of their work, helping to prevent their migration to urban centers while strengthening family agriculture

Palavras-Chave: Social Innovation, Pleasure at Work, Suffering at Work

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

INTRODUÇÃO

A construção do prazer no trabalho tem se mostrado uma tarefa árdua e desafiante. A década de 2010 traz consigo uma herança maldita para o homem no que se refere ao trabalho. Uma série de fenômenos promoveram alterações nessa relação, das quais se destacam: inovações tecnológicas; globalização; reestruturação produtiva; exacerbada competitividade internacional e interempresarial. Esse processo resultou na transfiguração de uma atividade outrora criativa, construtiva do homem em uma simples faina.

Offe (1989) afirmou que na sociedade capitalista o papel associativista e de proteção política do trabalho deixaram de existir. No entanto, o instinto de sobrevivência humano o impeliu a aceitar essa condição precária. Sobre esta questão, Braverman (1987) defendia que a divisão social do trabalho não era o único elemento estrutural da organização deste tipo de sociedade, mas era a mola propulsora. Antunes (1997) traz para este debate a posição que o trabalho ocupa na vida das pessoas suscitando a contradição da "sociedade do trabalho sem trabalho". Nessa perspectiva, tem-se elevadas taxas de desemprego e subemprego, que nos países menos desenvolvidos, a partir da década de 1960, já era um grande problema a ser resolvido. Essa condição persiste e suscita o questionamento sobre a escolha de tecnologias "adequadas" a serem adotadas, buscando solucioná-la (Grieve, 2004).

Carente de tais mecanismos, irrompe o semiárido nordestino e sua degradação ambiental. Incontestavelmente, a busca de

soluções para a racionalização do uso da terra semiárida e aumento da produtividade agrícola nesse ambiente contingenciado pela escassez de recursos econômicos resultante das altas temperaturas, características do clima, e dos solos rasos que dificultam a produção agropecuária deve permear as políticas públicas do Governo. Nesse panorama, a geração de emprego e renda justifica o estabelecimento de atividades produtivas competitivas, ecologicamente sustentáveis, e que englobem as dimensões da sustentabilidade social, cultural, territorial, econômica e política (Gariglio, Sampaio, Cestaro, & Kageyama, 2010; Sachs, 2004).

Simbolizando perfeitamente essa realidade nordestina, tem-se o Ceará e sua história de miséria, fome e de vultosos investimentos de recursos federais com vista a conter os efeitos deletérios das secas sem sucesso (Nelson, & Finan, 2009). Situação que impelia os trabalhadores rurais a fugir desse sofrimento na ilusão de melhores condições sociais em capitais e grandes centros urbanos, o que geralmente não acontecia (Silva, Sampaio, & Alencar, 2009).

Entretanto a resiliência deste povo frente a esse quadro de injustiça de ordem social e geográfica demonstra sua cultura forte, baseada na autenticidade, perseverança, alegria e grande força do sertanejo evidenciada por sua profunda crença religiosa, pela valentia do cangaceiro e por sua tradicional música (Greenfield, 2009). Os traços culturais radicam os sertanejos à sua terra e dificultam a entrada de novas tecnologias que possam interferir de forma exógena no seu cotidiano pessoal e profissional.



O projeto Mandalla, objeto de estudo desta pesquisa, é um exemplo relativamente bem sucedido de tecnologia social de produção como inovação social. Utiliza uma tecnologia simples e de baixo custo, que valoriza as tradições e costumes locais, e que é implantada em pequenas propriedades rurais (Mesiano, & Dias, 2008).

Esta tecnologia social além de evitar a migração do homem do campo para as periferias dos centros urbanos e promover a autossuficiência das famílias contribui para o bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar (Küster, Martí, & Melchers, 2006; Mesiano & Dias, 2008). Emerge então a seguinte questão de pesquisa: de que forma o projeto Mandalla como inovação social contribui para a construção de sentido e significado do trabalho para o agricultor familiar?

Para responder a esse questionamento, o presente estudo pretende obter informações teórico-empíricas que solucionem o mesmo, atendendo ao objetivo geral de deslindar a contribuição dessa inovação social como forma de resgate do sentimento de pertença do agricultor pelo labor no campo.

Para tal, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: identificar o significado e o sentido atribuídos pelos agricultores familiares ao projeto sob a perspectiva da centralidade do trabalho, as normas sociais do trabalho e os resultados valorizados do trabalho; e, caracterizar o sentimento de pertença advindo desta inovação social.

Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de natureza qualitativa, realizado mediante um estudo de caso. Foram investigadas informações referentes ao Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará, dos anos de 2008 e 2009, incluindo a análise de relatórios, vídeos e entrevistas realizadas com os participantes do projeto.

O estudo está dividido em seis seções, incluindo esta Introdução. A seguir, apresenta-se a fundamentação teórica do estudo, delimitando inovação social, prazer e sofrimento no trabalho, agricultura familiar e o projeto Mandalla. Na sequência, seguem os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa, assim como as técnicas utilizadas. Por conseguinte, apresentam-se os resultados do estudo, destacando a contribuição do projeto Mandalla para o trabalho do agricultor familiar cearense. E, por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

INOVAÇÃO SOCIAL, PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO

Inovação Social

Uma característica marcante da sociedade é a busca frenética por novos horizontes, através de novos produtos, processos ou arranjos organizacionais, catalisada por processos criativos que englobam desde a invenção até a adoção e difusão de inovações.

Dentro de uma ampla gama de inovações destaca-se a inovação comercial que se refere criação de bem estar para a sociedade em forma de negócios economicamente rentáveis, no entanto não é suficiente para explicar aquelas voltadas estritamente para a melhoria social sem retorno financeiro que

identificaram-se como inovações sociais (Schumpeter, 1934; Dosi, 1988; Pol, & Ville, 2008).

Datada dos anos 1970, mas somente afirmando-se como mecanismo de erradicação da pobreza em meados da década de 1990, emerge a Tecnologia Social (Dagnino, 1996). Este tipo de tecnologia visa a suplantando necessidades de um determinado grupo respeitando seus traços culturais, crenças e costumes; o que garante sua viabilidade e perenidade, e a caracteriza como inovação social.

O termo inovação social primeiramente cunhado no trabalho de Taylor (1970), ganha espaço rapidamente nas discussões dos cientistas sociais. Contudo não existe ainda consenso no seu verdadeiro significado e relevância na academia (Cloutier, 2003; Pol & Ville, 2008).

As inovações sociais genericamente objetivam suprir as necessidades humanas (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw, & Gonzalez, 2005), de tal maneira que quando aplicadas ao trabalho podem resgatar o seu sentido e significado. Para isso o *Centre de recherche sur les innovations sociales* – CRISES – relaciona a possível transformação social das pessoas a esse tipo de inovação, dividindo sua análise em três níveis: relações de trabalho e geração de emprego; condições de vida; e, territoriais (CRISES, 2004).

A Figura 1 apresenta os principais conceitos encontrados na literatura sobre o assunto.

Figura 1
Escolas da Inovação Social

Instituição	Definição
Centre for Social Innovation (Canadá)	Novas ideias que tem a capacidade de alterar os rumos sociais, econômicos e ambientais beneficiando pessoas e o planeta. Ideias que rompem com as estruturas atuais agindo como transformadoras do sistema.
Discovers Social Innovation (British Council -China)	Novas ideias que visem a metas sociais, atendendo as necessidades da sociedade através de serviços, produtos e organizações.
Instituto de Inovação Social da Grécia	Processo de identificação riscos e problemas da sociedade moderna e a procura por soluções alternativas. Ideias que melhorem a qualidade de vida e oportunidades econômicas. Foco no emprego e condições de trabalho, proteção social e desenvolvimento local.
MIT	Inovação social se refere a atividades e serviços inovadores que são motivados pela meta de um encontro com a necessidade social e que se difunde predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o social.
Observatório da Inovação Social – EBAPE / FGV	Capacidade de transformar relações de poder, resultando na expansão da cidadania e a redução da exclusão social; a construção de novos sujeitos políticos; a transformação das práticas e processos de gestão pública; e o desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias de planejamento, tomada de decisões, implementação e avaliação de políticas públicas.

Fonte: Elaborado com base na revisão de literatura.

Este trabalho limitar-se-á ao conceito do *Centre de recherche sur les innovations sociales* (Crises), do Canadá, que a relaciona a possibilidade de transformação social de indivíduos, dividindo-a em três diferentes níveis de análise: inovações sociais na relação de trabalho e na geração de emprego; inovações sociais nas condições de vida; e inovações sociais territoriais (CRISES, 2004).

E, de forma ainda mais específica, abordará os dois primeiros níveis de análise na busca da compreensão da implementação de inovações sociais e o significado do trabalho para aqueles beneficiários.

Prazer e sofrimento no trabalho

As exigências do trabalho atual e a flexibilização do capital tem propiciado o advento de patologias sociais, bem como o desenvolvimento de um sofrimento ético ocasionado pela precarização do emprego (Mendes, 2007). As mudanças na sociedade e no contexto do trabalho têm instituído nas pessoas ansiedade, insegurança, medo do futuro, imediatismo, perda de valores, sensação de abandono e frustrações.

Tais mudanças refletem a necessidade de se repensar a forma como o processo do trabalho pode ser estruturado visando a sua adaptação às exigências trazidas pela globalização e pela crescente inovação tecnológica, que tem mecanizado os postos de trabalho, alienando os trabalhadores e impactando na sua saúde física, psicológica bem como nas suas interações sociais (Christopher, 2007).

O emprego que se conhece atualmente está em decadência e tem abalado os valores e as crenças da sociedade como um todo. Isso porque, com a velocidade das transformações, o mesmo indivíduo, condicionado a ser apático, submisso e obediente, necessita agora desenvolver uma atitude proativa, capaz de se diferenciar em meio a esse turbilhão de acontecimentos (Freire, & Bastos, 2000)

A organização do trabalho apresenta uma ligação direta com a construção de um significado para o trabalhador e para a coletividade. Para que um trabalho possa ser significativo, precisa necessariamente oferecer uma utilidade, de tal forma que o indivíduo passe a valorizá-lo. Além disso, é necessário que ele ofereça a oportunidade de socialização e de segurança física e moral, orientando as ações do indivíduo por meio de uma coerência entre o sujeito e o trabalho executado (Morin, 2001, 2007).

A psicodinâmica do trabalho, como estudo dos processos de subjetivação advindos da experiência laboral, busca compreender a relação de prazer e sofrimento no trabalho. O trabalho confere ao sujeito a obtenção de prazer por meio do processo coletivo da organização do trabalho. Por outro lado, a organização do trabalho pode levar ao sofrimento e ao incremento de patologias sociais (Mendes, 2007).

Dejours (1992) defende que o sofrimento no trabalho surgiu como uma consequência da Revolução Industrial do século XIX e começou a ser combatido com a ascensão do movimento operário durante a Primeira Guerra Mundial, momento em que os trabalhadores se fortaleceram e tomaram consciência de que poderiam reivindicar o direito à segurança e à saúde. Dejours (2004) defende também que existem dois tipos de sofrimento: (1) o sofrimento criador, no qual o indivíduo acredita ter liberdade para inovar no trabalho; e (2) o sofrimento patológico, que ocorre quando a carga psíquica do trabalhador já está esgotada e pode levar a uma doença física ou mental futura.

Freud (1976), por sua vez, já acreditava que o sofrimento é fruto do relacionamento do indivíduo com a realidade exterior e que tal experiência impacta no indivíduo no que diz respeito ao próprio corpo, ao mundo externo e ao relacionamento com as outras pessoas.

O construto de prazer-sofrimento pode ser montado de forma única com base em três fatores: o prazer expresso pela valorização e reconhecimento; e o sofrimento pelo desgaste com o trabalho. A valorização é definida pelo sentimento de o trabalho ter valor próprio impactando claramente nas relações sociais. Enquanto o reconhecimento relaciona-se com aceitação e admiração do trabalhador pelo grupo, além da liberdade de expressão de sua individualidade. Já a experimentação de sofrimento guarda relação com o descontentamento com o trabalho (Mendes & Tamayo, 2001; Merlo *et al.*, 2003; Resende, 2003; Rocha, 2003; Veras, 2006).

Outro ponto relevante nesse processo é a liberdade criativa de transformação do trabalho e de interação interpessoal que associadas às boas condições de trabalho possibilitam o desenvolvimento da inteligência prática, que é a capacidade do indivíduo em desenvolver habilidades práticas por meio de experiências e de expor ideias que, mesmo contraditórias, são ouvidas e respeitadas.

Souza, Vasconcelos e Borges-Andrade (2009) consideram a existência de uma relação entre oportunidade de se expressar e nível de ansiedade; uma vez que a inteligência prática é reconhecida e socializada gera prazer aos indivíduos. (Mendes, 2007).

Porém, há uma linha tênue entre o prazer e o sofrimento no trabalho, já que uma vez que um acontecimento tira do trabalho o sentido, o resultado é a geração de um sofrimento que tende a crescer e se tornar patológico (Codo, 2006).

O trabalho possui influência direta na vida do indivíduo e pode ser definido como a forma com que este transforma a si mesmo por meio de suas ações e da sua relação com a natureza, gerando um significado (Codo, 2006). Neste contexto, as inovações sociais, pela sua essência, contribuem de alguma forma para a construção de sentido e significado do trabalho para o agricultor familiar?

Na próxima seção é apresentado o Projeto Mandalla, objeto deste estudo, na intenção de deslindar a contribuição dessa inovação social como forma de resgate do sentimento de pertença do agricultor pelo labor no campo.

PROJETO MANDALLA

Agricultura Familiar

Há décadas relegada ao segundo plano, e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária – a pequena propriedade – tem sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira (Carneiro, 1997).

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores

familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (Brasil, 1996) é criado no Brasil com a ambição de proporcionar suporte às demandas dos trabalhadores. Sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações, representando um considerável avanço em relação às políticas anteriores, desafiando-se a construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado.

O Pronaf (Decreto n. 1946, 1996) promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infraestrutura e serviços públicos nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (por meio do crédito rural), e a profissionalização dos agricultores familiares.

Para Carneiro (1997), eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do governo em relação à agricultura e aos próprios agricultores. Esta afirmação pode ser ainda mais aceita quando se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade, incorporando outras esferas da sociedade além da estritamente econômica, tais como: a educação, a saúde e a proteção ambiental (Decreto nº 1946, 1996).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2006), a agricultura familiar representa 84,4% das propriedades rurais do país, é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e representa 75,7% da população ocupada na agricultura.

A agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno, produzindo: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produziam 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (IBGE, 2006).

Estes resultados são relevantes, considerando que até meados do século passado as políticas governamentais estavam voltadas para o processo de industrialização e, somado a isto, houve o processo de mecanização na agricultura que agravou as condições sociais no campo, além da ausência de uma política de concessão de crédito rural abrangente.

Não é de hoje que o nordeste brasileiro apresenta um cenário desconfortável, e em muitos casos, uma situação precária de sobrevivência para habitantes e agricultores da região. O contexto social, histórico e geográfico da região contribui para essa realidade, que apresenta inúmeras dificuldades para a implantação e continuidade dos agronegócios.

Em suma, faz-se necessário considerar a pluriatividade como uma condição para manter a população no campo e também para

viabilizar as pequenas unidades produtivas que não conseguem, por motivos vários, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente na atividade agrícola (Carneiro, 1997).

Sendo assim, o apoio à agricultura familiar é imprescindível, e deve ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais sejam igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes.

Projeto Mandalla

O aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, tem fundamentado a ação e o discurso modernizadores (Carneiro, 1997). A sazonalidade é um dos muitos problemas enfrentados pelos agricultores familiares, e a busca de mecanismos que forneçam subsídios norteadores de tais questões é constante e crescente.

A procura por uma filosofia de 'desperdício zero' apresentada no meio rural como solução aos problemas encontrados no sistema processual agro produtivo se transforma em um meio de utilização eficiente e eficaz dos recursos naturais disponíveis na área de aplicação do sistema, que por meio da otimização da relação custo/benefício, consegue maximizar os seus resultados.

No Ceará, uma técnica que ajuda produtores a utilizar melhor o solo é a mandalla, que através do uso inteligente da água reduz os impactos da estiagem (Record News Rural, 2010). "O Projeto Mandalla é um sistema de produção que integra atividades produtivas que vão desde a piscicultura, avicultura até olericultura" (Coordenadoria de Imprensa do Governo do Estado do Ceará, 2010).

Labad e Rodrigues (2006) apresentam o projeto Mandalla-DHSA como uma tecnologia social exequível e simplificada de baixo custo operacional, do âmbito de uma arquitetura emergente, respaldada pela tecnologia da informação, onde o domínio da criatividade torna o impossível cada vez mais possível, um desafio sem fronteiras vem a se perder de vista. Strange (2008) considera que a tecnologia é o fator de produção permite que os produtores empreendedores para capturar a vantagem sobre outros competidores.

O Instituto de Tecnologia Social (ITS) (2004, p.130) define a tecnologia social como um conjunto de "técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida".

Tecnologias sociais são instrumentos criados para auxiliar o homem do campo, unindo o conhecimento científico ao saber popular e que trazem uma nova forma de interação produtiva entre o homem e o meio ambiente (Küster, Marti & Melchers, 2006). Compreendem produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social (Rede de Tecnologia Social [RTS], 2010b).

Vários exemplos das tecnologias sociais disseminadas no Brasil são apresentados pela Rede de Tecnologia Social (RTS,

2010a). Dentre os muitos casos, Maciel e Fernandes (2011) destacam: Barraginhas, aplicada para a contenção de águas de chuva; Banco de Palmas, de Fortaleza (CE), um banco comunitário, sistema econômico que proporciona vantagens aos moradores da região; Encauchados de vegetais da Amazônia, que combina técnicas ancestrais de saber indígena, no manuseio do látex nativo, com as tecnologias usadas nas indústrias para a transformação da borracha; Central Justa Trama, marca da Cadeia Ecológica de Algodão Solidário, que cobre todos os elos da indústria têxtil, do plantio do algodão à roupa, por meio de cooperativa; Rede Industrial de Confecção Solidária – RICS, formado por grupos de trabalhadoras gaúchas; e, a PAIS, Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, um modelo circular de agricultura orgânica, difundido pela Fundação Banco do Brasil desde 2005, sendo este um dos projetos selecionados pelo Ministério das Relações Exteriores para ser aplicado em El Salvador.

Tais programas, projetos e articulações sinalizam as possibilidades de reaplicação das tecnologias sociais entre os países da América Latina. O argumento central da tecnologia social é o seu processo de construção por “grupos sociais relevantes” no âmbito do “tecido sem costuras” da sociedade (Dagnino, Brandao & Novaes, 2004), ou seja, sem divisões de interesses entre os atores envolvidos, a tecnologia social é desenvolvida com a função de promover não apenas a inclusão social, mas também a sustentabilidade econômica, social e ambiental da região.

O projeto Mandalla, objeto de estudo desta pesquisa, é um exemplo relativamente bem sucedido de inovação social. Utiliza uma tecnologia simples e de baixo custo, que valoriza as tradições e costumes locais, e que é implantada em pequenas propriedades rurais (Mesiano & Dias, 2008). Esta tecnologia social além de evitar a migração do homem do campo para as periferias dos centros urbanos e promover autossuficiência das famílias contribui para o bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar (Mesiano & Dias, 2008; Küster, Martí & Melchers, 2006).

A Inovação Social não visa apenas à criação de novos meios de produção que proporcionem a inserção social, mas também, visa modificar as tecnologias existentes. Pode-se exemplificar esta através do aumento da vida útil das máquinas, da propriedade coletiva dos meios de produção, da divisão igualitária do excedente, da preocupação com o impacto ao meio ambiente que essas tecnologias causam, entre outros.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se quanto à natureza, como qualitativa, construindo uma análise sobre os aspectos do fenômeno estudado, identificando características essenciais do Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará, enquanto inovação social e mola propulsora de sentido e prazer no trabalho.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, na medida em que visa analisar o Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará, enquanto inovação social e seu impacto na relação de prazer e sofrimento no trabalho. Gil (1999,

p. 70) destaca que “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis”.

O estudo adota como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, proporcionando embasamento teórico sobre os temas *inovação social, prazer e sofrimento no trabalho no Projeto Mandalla*; pesquisa documental e de campo, em que são coletados dados e informações do Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará; utilizando-se ainda entrevistas e análise de conteúdo.

As fontes de evidências utilizadas na pesquisa compreendem o conjunto de documentos, arquivos, relatórios, observação participante e entrevistas realizadas com os integrantes do projeto em 2008 e 2009. De acordo com Yin (2001, p.91), “as evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”. Neste estudo, foram utilizadas todas as fontes de evidências possíveis.

Além das técnicas já apresentadas, este estudo utilizou-se da análise de conteúdo buscando relacionar o construto de prazer e sofrimento com os documentos e entrevistas do Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará, com vistas a obter uma maior compreensão do objeto de pesquisa. Freitas e Janissek (2000, p. 37) comentam que, a análise de conteúdo “é um método de observação indireto, já que é a expressão verbal ou escrita do respondente que será observada”. Richardson (2008, p. 224) considera que “pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser rigorosa e precisa”, baseando-se em teorias relevantes, que devem servir de marco de explicação para as descobertas do pesquisador.

Foram pesquisadas informações referentes a 2008 e 2009. Desse modo, o universo da pesquisa reuniu 163 projetos de mandalas, compreendendo 489 produtores. Foram excluídos 20 projetos, haja vista a inexistência dos respectivos relatórios de visita, resultando em 143 projetos analisados.

Na interpretação dos dados coletados, empregou-se a análise de conteúdo dos relatórios e de vídeos do Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará, entrevistas realizadas com participantes do projeto e entrevista com o coordenador do projeto.

Os dados coletados foram analisados à luz da opção teórica feita com base na revisão de literatura: no conceito de inovação social do Crises (2004) e da ótica djouriana, em vista de operacionalizar o conceito de sofrimento no trabalho.

ESTUDO DE CASO

Este trabalho utilizará o projeto Mandalla na sua missão essencial de transformação de potencialidades de indivíduos e comunidades em trabalho socialmente responsável e ambientalmente sustentável para imbricar a relação da Inovação Social com o prazer e o sofrimento no trabalho.

O objeto do trabalho – Projeto Mandalla do Estado do Ceará, caracteriza-se como inovação social, a medida que modifica as relações produtivas e impacta na qualidade de vida, articulando-se

com as dimensões propostas pelo CRISES (2004) e em consonância com os trabalhos de Costa *et al.* (2013).

Os relatórios analisados registram que foram implantados 100 projetos mandallas beneficiando 300 produtores com investimento em materiais, instrumentos e capacitação de R\$ 280.320,00 em 2008.

Em 2009, das 63 mandallas implantadas, foram beneficiados 189 produtores com investimento de R\$ 252.604,00, atingindo nestes dois anos o montante financiado de R\$ 532.924,00.

Percepção dos agricultores quanto ao significado e o sentido do próprio trabalho

Nas entrevistas realizadas, as famílias que afirmaram estar entre satisfeitas e extremamente satisfeitas com seu trabalho perfizeram 78,8% do total; 14,4% um pouco satisfeitos; e de insatisfeitos apenas 6,8% quando considerado os projetos em atividade.

A satisfação está intimamente relacionada ao significado que é dado ao trabalho e o quanto este trabalho favorece o desenvolvimento de tarefas que motivem os indivíduos a se desenvolverem individualmente e coletivamente (Morin, 2001).

A análise dos depoimentos dos agricultores participantes do projeto permite explicar esse alto índice de satisfação, dado que o trabalho é realizado em atividades sócio e culturalmente relevantes para as quais estão tecnicamente preparados: criação de animais como galinhas, patos e peixes; plantio de hortaliças, frutas, milho e feijão; e o preparo e manejo do solo.

O modelo de produção da mandalla permite a reestruturação econômica de um ambiente e reduz os desperdícios de capital humano natural e local (DHSA, 2011). Características claramente percebidas quando observa-se que as famílias deste projetos conseguem em pouco mais de 02 ha (20.000 metros quadrado), obter sua subsistência podendo gerar renda de até R\$1.200,00 reais por família.

A amostra indicou que 19,59% dos projetos atingiram o nível de produção de subsistência, garantindo a melhoria da qualidade alimentar da famílias. A renda resultante da venda do excedente de 69,59% das famílias foi acrescida em R\$ 353,00, em média. De acordo com a resposta dos participantes, constata-se que a psicodinâmica do trabalho tem favorecido a produtividade dessas famílias. A organização do trabalho, dessa forma, gerou impacto positivo no trabalho dos respondentes conferindo-lhes prazer em executá-lo (Mendes, 2007).

De todo o total de projetos analisados apenas 8,7% tiveram seus projetos descontinuados e 2,12% ainda estavam em fase de implantação. O que se percebe é a assunção da satisfação das necessidades biológicas básicas o que permite a criação dos valores individuais que permitam as relações sociais (Guimarães & Martins, 2010).

Características quanto ao sentimento de pertença advindo desta inovação social

Os projetos são liberados para grupos de três famílias e seus participantes são selecionados a partir da visita técnica do

coordenador desses projetos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará ao local, o qual entrevista as famílias proponentes e analisa a área a ser instalada para a mandala.

O perfil dos selecionados é baseado no desejo da família de empreender e principalmente os laços culturais com a agropecuária. O convênio é então confeccionado transferindo para o grupo o montante aproximado de quatro mil e trezentos reais para a implantação do sistema, em valores de 2011.

Esta evidência corrobora com a perspectiva de prazer no trabalho experimentado por esses indivíduos, visto que de acordo com Veras (2006) as relações sociais quando em conjunto com a percepção de que o trabalho é significante age como facilitador do prazer.

Reforça-se ainda o sentimento de pertença proporcionado aos trabalhadores devido ao projeto. Segundo o depoimento de um dos agricultores familiares participantes que se mostrou muito satisfeito com o projeto, o Sr. José Venâncio de Lima, que afirmou "agora eu sou patrão". O projeto Mandalla, proporcionou ao senhor José Vênancio e a outras famílias não apenas a possibilidade de trabalho, mas a valorização do seu trabalho. O prazer no trabalho obtido por meio da interação social é adquirido por meio do reconhecimento e valorização do próprio indivíduo diante da coletividade (Mendes & Tamayo, 2001; Merlo *et al.*, 2003; Resende, 2003; Rocha, 2003; Veras, 2006).

No processo de convênio, há o reembolso do valor financiado, apenas a partir do oitavo mês de produção efetiva do sistema, em parcelas iguais, durante 24 meses. De forma que, o valor reembolsado pode ser reinvestido para a ampliação do projeto dos mesmos três agricultores ou, então, com a aquiescência desses, permitir que outro grupo seja formado - criando uma nova mandala.

Claramente, a construção das relações sociais - aqui fortalecidas - e a perspectiva de prazer conforme Porto & Tamayo (2003) é satisfeita, haja vista, que o trabalhador percebe que está contribuindo de forma positiva para sociedade.

Por fim, podem-se relacionar Inovações Sociais, a partir do Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará, sob o enfoque da perspectiva do prazer trabalho, como uma forma de potencializar o prazer no trabalho, visto que reduz o sofrimento ético pela precarização do emprego e a interferência da tecnologia que expropriam os valores individuais. (Mendes, 2007; Cristophe, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo desenvolveu-se intencionado a obter informações que favorecessem a compreensão de como o Projeto Mandalla, como inovação social, pode contribuir para o resgate do sentimento de pertença do agricultor pelo labor no campo.

Os resultados obtidos do Projeto Mandalla do Governo do Estado do Ceará, referente aos dados e informações analisadas do ano de 2008 e 2009, possibilitaram identificar características potencializadoras do prazer no trabalho em detrimento da redução de sofrimento, pelos agricultores familiares.

De forma mais pontual, os resultados mostram que este tipo de inovação social proporciona grandes melhorias na qualidade do trabalho, em especial, os agricultores familiares participantes do projeto destacaram:

- Satisfação das necessidades biológicas básicas de alimentação;
- Geração de renda familiar;
- Melhorias dos resultados produtivos;
- Alto sentimento de pertença ou integração dos agricultores;
- Tecnologia adequada às necessidades e cultura;
- Formação de espírito de equipe;
- Comprometimento com o empreendimento;
- Manutenção da integração familiar;
- Sentimento de contribuição positiva para a Sociedade;

O cenário, ora exposto, possibilita criar uma perspectiva positiva de políticas públicas que venham além de gerar emprego e renda, fazê-lo sob a ótica da satisfação do trabalhador.

O presente estudo possibilitou sinalizar importantes pontos sobre este tipo de inovação social, demonstrando que inovações sociais, como o projeto Mandalla, contribuem para a melhoria da qualidade de vida do povo e sociedade, no tocante ao labor, construindo assim um espírito de trabalho potencializado pelo prazer.

Considerando a importância de trabalhos que desafiem o entendimento do prazer e sofrimento do trabalho, principalmente no *locus* das inovações sociais, sugere-se ampliar a pesquisa com outros tipos de inovação social, com vistas a uma comparação com os resultados apresentados neste estudo, ou, ainda, a realização de novas pesquisas.

Por fim, cabe elucidar que apesar do rigor científico aplicado nesta pesquisa qualitativa, salienta-se a importância de que em estudos futuros sejam empregadas técnicas estatísticas robustas, a fim de discernir, com abordagem quantitativa, essa relação entre as inovações sociais e a satisfação dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. (1996) Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Carneiro, M. J. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8 (4), 70-82.

Coordenadoria de Imprensa do Governo do Estado do Ceará. *Estado libera R\$ 4,5 milhões para municípios do Cariri*. (2010). Recuperado em 11/05/2013, de <http://www.ceara.gov.br/salade-imprensa/noticias/884-estado-libera-r-45-mil-hoes-para-municipios-do-cariri>

Cloutier, J. (2003). *Qu'est-ce que l'innovation sociale?* Cahier de recherche du CRISES, n. ET0314, Montreal: UQAM.

Codo, W.C. (2006). Um diagnóstico do trabalho: em busca do prazer. In: Codo, W.C., R. M., Tadeschi, M. A., Alchieri, J. C. & Hoffman, M. H. (Org.), *Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Costa, J. S., Maia, A. B. G. R., de Freitas, A. R. P., Silva Filho, J. C. L., de Abreu, M. C. S., & Teixeira Filho, M. C. T. (2013). Social technology as a sustainable public policy: The Mandalla Project in Ceará. *Journal of Technology Management and Innovation*, 8(SPL.ISS.2), 177-187.

Centre de recherche sur les innovations sociales [CRISES]. (2004). *An Introduction to Crises*. Montréal: Université du Québec au Montréal.

Cristophe, D. (2007). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Dagnino, E. (1996). Cultura Política e Democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32, 182-184.

Dagnino, R., Brandao, F. C., & Novaes, H. T. (2004). Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: De Paulo, C. J. Mello, L. Nascimento Filho & T. Koracakis (Eds.), *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* (pp. 18-64). Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.

Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalhador: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5.ed. São Paulo: Cortez.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14 (3), 027-034.

Dosi, G. (1988). Institutions and markets in a dynamic world. *The Manchester School*, 56(2), 119-146.

Freire, L. C.; Bastos, A. V. B. (2000). Tendências de transformação no mundo do trabalho: uma análise da dinâmica ocupacional brasileira. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 35 (3), 48-59.

Freitas, H. M.R., & Janissek, R. (2000). *Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.

Freud, S. O mal-estar na civilização [1930]. (1976). In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Editora Imago.

Gariglio, M. A., Sampaio, E., Cestaro, L.A., & Kageyama, P. (2010). *Uso sustentável e conservação dos recursos naturais da caatinga*. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Greenfield, G. (2009). Lamião, Luiz and Padim Ciço: three icons of the Brazilian Northeast. *Memory Studies*, 2 (3), 393-410.

Grieve, R. H. (2004). Appropriate technology in a Globalizing World. *International Journal of Technology Management and Sustainable Development*, 3 (3), 173-187.

Guimaraes, F. A. L., Martins, M. do C. F. (2010). Valores e prazer-sofrimento no trabalho: um estudo com profissionais de nível superior. *Estud. psicol.*, 27 (2), 133-145.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2006). *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Instituto de Tecnologia Social [ITS]. (2004). Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: De Paulo, C. J. Mello, L. Nascimento Filho & T. Koracakis (Eds.), *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* (pp. 117-134). Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.

Küster, A., Martí, J. F., & Melchers, I. (2006). *Tecnologias apropriadas para terras secas: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semi-áridas no nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Maciel, A. L. S.; Fernandes, R. M. C. (2011). Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o serviço social. *Revista Serv. Soc. (São Paulo)*, 105(1), 146-165.

Mendes, A. M.; Tamayo, A. (2001) Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. *PSICO-USF*, 6 (1), 39-46.

Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica a psicopatologia do trabalho. In: MENDES, A. M. (org.) *Psicodinâmica do trabalho: teoria, métodos e pesquisas*. São Paulo: All Books.

Merlo, Á. R. C., Vaz, M. A., Spode, C. B., Elbern, J. L. G., Karkow, A. R. M., & Vieira, P. R. B. (2003). O trabalho entre prazer, sofrimento e adoecimento: a realidade dos portadores de lesões por esforços repetitivos. *Psicologia & Sociedade*, 15 (1), 117-136.

Mesiano, A., & Dias, R. (2008). *A Tecnologia Social como estratégia para o desenvolvimento sustentável: o caso da Mandalla*. Artigo apresentado na VII Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias - ESOCITE, Rio de Janeiro. Acessado 11/05/1011, em <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/resumos/36047.htm>

Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas (São Paulo)*, 41(3), 8-19.

Morin, E. M. (2007). Sens du travail, santé mentale au travail et engagement organisationnel. *Cahier de Recherche (Montréal)*, 543, 99-193.

Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model(s) of local innovation. *Urban Studies*, 42(11), 1969-1990.

Nelson, D. R.; Finan, T. J. (2009). Praying for drought: persistent vulnerability and the politics of patronage in Ceará, Northeast Brazil. *American Anthropologist*, 111 (3), 302-316.

Offe, C. (1989). *Capitalismo desorganizado*. Rio de Janeiro: Brasiliense.

Oliveira, Otávio J. (2008). *Gestão da qualidade: tópicos avançados*. São Paulo: Thomson.

Pol, E., & Ville, S. (2009). Social innovation: Buzz word or enduring term? *Journal of Socio-Economics*, 38(6), 878-885.

Porto, J. B.; Tamayo, A. (2003) Escala de valores relativos ao trabalho EVT. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 145-152.

Resende, S. (2003). *Vivências de prazer e sofrimento no trabalho bancário: o impacto dos valores individuais e das variáveis demográficas*. (Dissertação de mestrado), Universidade de Brasília.

Richardson, R. J. (2008) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

- Record News Rural [RNR]. (Producer). (2010). Ceará: benefícios do projeto Mandalla. Recuperado em 11/05/2011, de <http://www.youtube.com/watch?v=Y1kDE10BWtw>
- Rocha, S. R. A. (2003). *O pior é não ter mais profissão, bate uma tristeza profunda: sofrimento, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e depressão em bancários*. (Dissertação de mestrado), Universidade de Brasília.
- Rede de Tecnologia Social [RTS]. (2010a). Tecnologias sociais vencem prêmio ODM. Recuperado em 15/05/2011, de <http://www.rts.org.br/noticias/destaque-2/tecnologias-sociais-vencem-premio-odm>
- Rede de Tecnologia Social [RTS]. (2010b). Tecnologia Social: Mapeadas pela RTS. Recuperado em 12/05/2011, de <http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/apoiadas-pela-rts>
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Schumpeter, J. A. (1934); *The theory of economic development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Souza, M. G.; Vasconcelos, L. C.; Borges-Andrade, J. (2009). Pesquisa sobre mudança nas organizações: a produção brasileira em micro comportamento organizacional. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 9(2), 32-46.
- Strange, M. (2008). *Family farming: a new economic vision*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Taylor, J. B. (1970). Introducing Social Innovation. *Journal of Applied Behavioral Science*, 6(1), 69-77.
- Veras, V. S. (2006). *Relações sociais de trabalho e custo humano da atividade: vivências de mal-estar e bem-estar em serviço de tele atendimento governamental*. (Dissertação de mestrado), Universidade de Brasília.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará – PPAC - UFC
À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB